

ACTA N.º 02/2011

----- Acta da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 28 de Abril de 2011-----

----- Aos 28 dias do mês de Abril de 2011, pelas 15 horas e 20 minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara; -----
- 2 – Relatório Anual de Actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Cantanhede, Plano de Acção para 2010 / Para conhecimento;-----
- 3 - Apreciação, discussão e votação da minuta dos Protocolos de Colaboração a celebrar entre o Município de Cantanhede, a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.E.M. e as Juntas de Freguesias do Concelho, relativos à manutenção e tratamento de áreas ajardinadas no Ano de 2011;-----
- 4 - Apreciação, discussão e votação da minuta dos Protocolos de Colaboração a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Juntas de Freguesias do Concelho, relativos à Requalificação Urbana nas Freguesias para o Ano de 2011;-----
- 5 - Apreciação, discussão e votação da Segunda Revisão ao Orçamento do Município de Cantanhede para o ano de 2011;-----
- 6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do Ano Económico de 2010, que inclui a aprovação e aplicação do resultado líquido do exercício de 2010, bem como o Relatório Anual de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, que foram as seguintes:-----

----- Pedidos de substituição do Sr Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, pelo Secretário, Dr Carlos Manuel de Oliveira Gregório; da Junta de Freguesia de Corticeiro, pelo Secretário, Sr. Luís Miranda Rosete, conforme documentos apresentados. Justificação da falta de Sr Dr. Carlos Alberto Miranda de Jesus Pessoa, Sr. Dr. Carlos Alberto Castelo Branco Ordens, Sr. Mário Miranda de Almeida, Sr^a. Dr^a. Maria Dulce Pereira da Costa Santos, Sr. Eng^o. Rogério Paulo Simões Marques, Sr^a. Dr^a. Lénia Catarina Rato Monteiro, todos por motivos profissionais, conforme documentos apresentados. Justificação também da falta do Sr Prof. Armindo André Grilo, D. Maria Filomena da Silva Martins de Frias Pinto. Sr. Jorge Cruz Guerra. -----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, foi presente a acta nº. 1/2011 da sessão da Assembleia Municipal de 28 de Fevereiro, que posta à votação, foi aprovada unanimidade. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 1 de Março a 28 de Abril de 2011, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida o Sr. Presidente da Assembleia deu início ao período Antes da Ordem do Dia, começando por intervir a D. Maria Armada Gavião para se pronunciar sobre a ausência das Comemorações do 25 de Abril, data simbólica que este ano não foi recordada no Concelho. Lamenta a falta de valores pela não existência das comemorações. -----

----- Tomou de seguida a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cordinhã para informar que as obras na sua Freguesia já tiveram inicio. Manifestou tristeza pelo ramal da C.P. da Figueira da Foz se encontrar ao abandono em toda a

extensão da linha. Informou que foram gastos dinheiros públicos com os arranjos das passagens de nível, caminhos paralelos, trilhos, investimentos no Porto da Figueira da Foz e verifica-se o abandono destas infra-estruturas. Tem informação de que os trilhos vão ser desmantelados e vendidos no local, o que o preocupa. Apelou para a constituição de um grupo de trabalho da Assembleia Municipal para fortalecimento da equipa de trabalho da Mealhada. -----

----- De seguida tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de S. Caetano, apoiando as palavras do Presidente da Junta de Freguesia da Cordinhã quanto ao abandono do ramal da C.P. da Figueira da Foz. Afirmou que uma das conquistas de Abril, o Poder Local, está em causa, com a falada extinção ou fusão de Freguesias do país decorrente das medidas de contenção da despesa pública. As Juntas de Freguesia debatem-se com a escassez de dinheiro, que superam com os apoios das Câmaras Municipais, conseguindo desta forma ir ao encontro das necessidades locais das populações. Questiona se será admissível pensar-se na extinção de um número considerável de Freguesias, quando ninguém faz tanta obra com tão pouco dinheiro. -----

----- De seguida foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que iniciou a sua intervenção referindo-se ao facto de não ter havido este ano as comemorações do 25 de Abril. Há muito Municípios que deixaram de promover essas comemorações. O Executivo de Cantanhede manteve sempre essas cerimónias, mas este ano, pelo facto do dia coincidir com a Segunda-feira de Páscoa, que em Cantanhede tem uma forte tradição, optou-se por não realizar as cerimónias, porque as pessoas não estavam disponíveis. No entanto, em Ançã e com o apoio da Câmara Municipal, a Associação Jaime Cortesão comemorou o 25 de Abril, mostrando assim que há muitas formas de comemorar este dia. De realçar que nestas cerimónias não esteve

ninguém a representar o Partido Socialista. Relativamente ao ramal de Cantanhede o assunto está na agenda do dia. Informou ter conhecimento da colocação de negativos de fibra óptica na linha do ramal de Cantanhede. Existem muitas contradições relativamente àquilo que se perspectiva fazer com o ramal. Não faz muito sentido acabar com este ramal, conforme é preconizado no Plano da REFER, e estarem a fazer-se grandes obras no Porto da Figueira da Foz, este ramal é uma das vias importantes para as mercadorias para o Porto da Figueira da Foz. Quanto à extinção de Freguesias desconhece se estará na agenda em termos do pacote das medidas do FMI. Acima de tudo deverá haver bom senso nesta matéria. Isto porque, uma coisa é extinguir Freguesias em Lisboa ou no Porto, que estão inseridas em núcleo urbano e outra coisa é falar de Freguesias que estão distantes umas das outras vários quilómetros e em que é a única instituição que faz a ponte com os habitantes.-----

----- Tomando a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, concordando com o Senhor Presidente da Câmara, entende que a extinção das Freguesias não tem expressão no Orçamento do Estado. Quanto aos pequenos Municípios, aí sim, já existe expressão, admitindo que se possa perder metade dos Municípios existentes, preferindo a sua extinção e a delegação de competências nas Freguesias. Prevê ainda a extinção dos Governos Civis, Institutos Públicos e demais entidades. Quanto à REFER e às Empresas Públicas Portuguesas que têm vindo a acumular milhões de euros de prejuízo, acha que é preferível que se pague o justo preço de transporte em contraponto com o pagamento dos prejuízos das empresas. Compete aos Senhores Presidentes das Câmaras abrangidas pelo corte da linha, reivindicar junto das entidades competentes a manutenção daquela linha, sem prejuízo das outras iniciativas que se possam vir a tomar. O Sr. Presidente da

Câmara, conjuntamente com os restantes autarcas, deve defender intransigentemente os interesses das populações. É mais difícil defender o Ramal da Lousã, a título de exemplo, do que o Ramal de Cantanhede, tendo em conta a visibilidade económica devido sobretudo às ligações ao Porto da Figueira da Foz. O Sr. Presidente da Câmara conta nesta matéria com o Presidente da Assembleia Municipal.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para realçar que das 4259 Freguesias, só o Distrito de Braga tem mais Freguesias que os 5 Distritos a Sul do Tejo. Em termos do Orçamento do Estado o peso da despesa com os Municípios baixou consideravelmente entre 2005 – que era de 0,22%, e 2011 – 0,10%.-----

----- De seguida tomou a palavra o Sr. Dr. Pedro Bento questionando sobre a situação da regularização dos pagamentos das refeições dos alunos, volvidos que estão dois trimestres. Tanto quanto lhe parece ainda não estão os pagamentos regularizados. Deixa também a sua preocupação quanto às notícias que pairam relativamente à eventual extinção de freguesias. Para evitar que tal realidade se concretiza tem de haver uma grande união entre todas as Freguesias no combate a esta hipótese. -----

----- Interveio a seguir o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha informando que há uns tempos a esta parte a forma de distribuição do F.E.F. alterou significativamente, reduzindo ao longo dos anos a verba transferida em função da sua área. Isto resultou no esvaziamento das Freguesias rurais, pois a tendência actual é que a maior parte dos eleitores estão nas sedes dos Municípios e nas áreas litorais. Vamos ver se com o FMI isto se altera e que os Partidos Políticos compreendam que as pessoas não podem continuar a aceitar tudo o que eles querem. E o 25 de Abril é uma conquista diária e não um dado adquirido e devemos

ensinar isto aos mais novos. Também a Junta de Freguesia da Tocha este ano se limitou a comemorar este dia com o lançamento de fogo de artifício, porque sabíamos que na cerimónia que é usual realizarmos não haveria ninguém, tendo em conta o dia que era – Segunda-feira de Páscoa. Deixou felicitações à Associação 1º.de Maio da Tocha pelo seu 75º. Aniversário. Referiu-se ainda ao licenciamento publicitário, informando de que o Instituto de Estradas está a exigir a cobrança de taxas de publicidade a pessoas que já pagaram essas mesmas taxas à Câmara Municipal. O que não está correcto. Informou que após a entrada em vigor da legislação do Licenciamento Zero, em que haverá publicidade que deixa de ser licenciada, deverá o assunto ser analisado pelos juristas da Câmara e da conclusão a que chegarem dar conhecimento ao Instituto de Estradas. Finalmente e para terminar deixa uma nota de agrado relativamente ao Hospital Rovisco Pais, o qual desde a sua inauguração como Hospital de Leprosos, em 1947, tem sido como um «abono de família» para as gentes da Tocha. Este equipamento entretanto passou por uma degradação total, e foi o Dr. José Tereso, natural da Tocha, enquanto Presidente da Administração Regional de Saúde do Centro, criou e presidiu uma Comissão que estudou a requalificação do Hospital. Desde então e nos últimos anos foram feitos investimentos vultuosos naquela infra-estrutura, particularmente nos últimos 6 anos, nos valor de cerca de 20 milhões de euros+IVA, empregando hoje cerca de 200 técnicos, que somados aos trabalhadores da Lavandaria e outros serviços são cerca de 320 pessoas. Vai, inclusivé, abrir uma unidade de traumatologia de acidentados de AVC. Não pode deixar de felicitar, com orgulho, todo o trabalho feito, o qual teve a envolvência de todos – habitantes da Tocha, Junta de Freguesia, Câmara Municipal e as Administrações do Hospital.-----

----- Tomou de seguida a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Cordinhã voltando a referir-se ao assunto do ramal da C.P. de Cantanhede, informando que o cabo de fibra óptica é de uma empresa externa que paga à REFER para deixar passar aquele cabo.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia referiu que, mesmo sendo uma empresa externa à REFER a fazer o trabalho, a REFER também tem interesse na sua utilização.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã o qual referiu que já é habitual a Junta de Freguesia de Ançã comemorar o 25 de Abril, sendo que este ano estas comemorações foram realizadas junto ao busto de Jaime Cortesão, estranhando a ausência dos elementos da bancada do P.S. naquele evento, não tendo havido qualquer justificação para esta ausência.-----

----- Pediu a palavra a D. Armanda Gavião, em direito de resposta, a qual afirmou estar à vontade para falar nas comemorações do 25 de Abril, dado que faz parte de um grupo de cidadãos que iniciaram a organização das comemorações desse dia tão importante para a democracia de Portugal. Não esteve presente em Ançã por razões pessoais, mas é de opinião que a Câmara Municipal podia ter feito mais alguma coisa, no tocante a preservar a simbologia do 25 de Abril.-----

----- Em direito de resposta o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã declarou não ter sido sua intenção ofender ninguém, mas também nunca se arrogou «dono do 25 de Abril».-----

----- Pediu a palavra o Sr. Dr. Pedro Bento para, em direito de resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, informar de que o e-mail convite para estar presente no acto foi remetido dia 21 de Abril, pelas 15:00h. Podia aqui ter havido um pouco mais de atenção e ter sido remetido uns dias antes.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara informando de que as declarações do líder da Bancada do P.S.D. prestadas a um jornal, onde se mostrava favorável à extinção de Freguesias, foram proferidas a título particular, como uma opinião pessoal, não estando mandatado nem pelo Partido nem pela Bancada da Assembleia Municipal. Em relação à questão do Hospital Rovisco Pais, abordada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, informou que fez uma visita à poucos meses àquela infra-estrutura, acompanhado pelo Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, para se inteirar do seu estado e do que ali se fazia concretamente e que pelo aquilo que viu não tem dúvidas de que no futuro o Hospital Rovisco Pais será um centro nevrálgico na área da medicina física e da reabilitação. Com a nova Unidade de Recuperação de AVC e a Unidade de Traumatologia, a inaugurar brevemente, serão criadas mais camas e com isso mais técnicos na área terão de ser recrutados.-----

----- De seguida falou o Sr. Vereador do Pelouro da Educação, Dr. Pedro Cardoso, para esclarecer as dúvidas suscitadas sobre o pagamento das refeições dos alunos, informando que este processo entrou actualmente na normalidade, tendo os pais oportunidade de proceder ao pagamento das refeições dos seus educandos de uma forma prática, através de Multibanco. O processo foi difícil e complexo, mas agora decorre de forma positiva e, principalmente, todas as crianças têm possibilidade de ter esta refeição.-----

----- De seguida tomou a palavra o Sr. Eng^o. Pedro Carrana para reforçar a sua preocupação quanto ao destino do ramal da C.P. de Cantanhede, preocupação esta já manifestada pela sua Bancada na última sessão da Assembleia Municipal. Relativamente ao assunto da eventual extinção de Freguesias na sua opinião não parece lógico estar a ser discutido, sem haver uma verdadeira regionalização.

Aproveitou para questionar o Executivo Camarário sobre a existência ou não de um plano para o Município de Cantanhede, quanto às previsões que se adivinham em termos de cortes orçamentais e restantes medidas de austeridade. De seguida referiu-se ao Parque das Sete Fontes, apresentando a seguinte comunicação em nome da Bancada do P.S.: *“Nas obras de Requalificação do Parque das Sete Fontes, para além de atrasadas no tempo, pois há muito deviam estar concluídas, existe um grave problema de falta de segurança e de saúde pública. Nos pinhais contíguos àquele espaço existem um conjunto de poços de captação, propriedade da Câmara, que representam vários perigos. O primeiro deles é a falta de segurança e o perigo de alguém se debruçar e cair lá dentro, pois encontram-se abertos e sem qualquer tampa de protecção. O segundo perigo é para a qualidade da água que aí é captada e canalizada para a fonte das Sete Fontes. Como os poços se encontram abertos, estão cheios de folhas, ramos, outros objectos e à mercê de tudo o que possam lá colocar dentro. Assim, não admira que a água das Sete Fontes esteja fortemente contaminada e tenha de ser interdita para consumo humano. A primeira intervenção devia ter ocorrido na segurança e preservação da qualidade da água, através da protecção dos poços de captação, nomeadamente, através de uma limpeza e colocando-lhes tampas que permitissem o seu fecho. Depois sim, uma intervenção no espaço envolvente. Com os poços naquele estado, como poderemos ter uma água de qualidade aceitável, ainda que para actividades de recreio? Esperamos que a Câmara e a Inova procedam rapidamente a uma intervenção naqueles poços.”* Referiu-se por último à lixeira próxima da fonte das Sete Fontes, apresentando a seguinte exposição em nome da Bancada do P.S.: *“Existe uma situação de atentado ao meio ambiente e de saúde pública junto ao Parque das Sete Fontes. Nos pinhais próximos dos poços de captação de água, existe uma lixeira a*

céu aberto, com vários tipos de resíduos. Desde resíduos florestais e agrícolas, industriais, resíduos de construção e demolição, etc....O mais grave é que essa lixeira está num espaço propriedade da Junta de Freguesia de Ourentã. As questões que se podem colocar: será que são particulares a depositar ali os resíduos? Será que é a Junta de Freguesia que coloca os resíduos naquele espaço? Assim é muito grave e é um péssimo exemplo que a Junta dá aos seus concidadãos. Esperamos que a Junta de Freguesia ou a Câmara e Inova procedam rapidamente à limpeza daquele espaço, bem como à colocação de placas a interditar a deposição de resíduos.” Salientou que anexo a estas duas exposições se encontram fotografias a comprovar os factos mencionados.-----

----- Em direito de resposta foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ourentã que, prestando os esclarecimentos solicitados, começou por informar que os poços que estão localizados em terreno da Câmara Municipal estão tapados. O que se encontra sem guarda não está em terreno camarário. Estes poços foram limpos à cerca de um ano pela Junta de Freguesia e colocados pela Câmara drenos. Quanto à lixeira, na sua opinião não é na realidade uma lixeira. É um estaleiro onde são colocados somente detritos de demolições que posteriormente são reaproveitados. No entanto, porque é um terreno aberto e dado que recentemente foram ali colocados materiais sem autorização da Junta de Freguesia, esta vai vedar o terreno.-----

----- Pediu a palavra o Sr. Presidente da Câmara lembrou que, quanto ao futuro em termos da turbulência social que se avizinha, foi aprovado o Regulamento de Apoio a Famílias Carenciadas, estando ainda o Banco Colmeia a reforçar a sua acção no sentido de minimizar os efeitos da crise que já se fazem sentir. Relativamente à questão das Sete Fontes agradeceu a informação da Bancada do

P.S. e as imagens anexas, informando que está previsto pela Inova a resolução dos poços (cobertura e limpeza). Inclusive está a ser feito um estudo para a eventual instalação de um Núcleo Museológico no sentido de ser preservada toda a área de captação e respectivas tubagens. Quanto à água a mesma, após análises efectuadas e para a finalidade que se propõe – é um tanque –, não oferece perigo público para a saúde, apesar de não ser potável, como o não é há imensos anos. No entanto irão ser feitas análises à água com a necessária regularidade. O facto da água não ser potável prende-se, ao que se julga, com o facto de os terrenos limítrofes serem agrícolas e os produtos químicos ali usados acabam por se infiltrarem no lençol freático. O grande desejo do Executivo é conseguir tratar a água para que a mesma seja novamente potável. -----

----- Voltou a intervir o Sr. Engº. Pedro Carrana reforçando que a questão nas Sete Fontes é importante porque está em causa a saúde pública, apresentado com a máxima seriedade no sentido da situação se resolver pelas vias normais. -----

----- Por último e para terminar o período antes da Ordem do Dia, interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal o qual quis deixar cinco desejos fundamentais para o futuro colectivo e tem a haver com o que nos espera a prazo: 1º. Aspecto – No universo em que diminui a liquidez e o dinheiro disponível, que o futuro nos reserve e saiba separar o «trigo» do «joio»; a boa e a má moeda, separando aquilo que é economia real, criadora de riqueza, de emprego e de valor das lixeiras tóxicas que ainda por aí andam. Porque se não fizermos essa separação vamos todos, ou quase todos, ter de emigrar para não passarmos fome aqui mesmo. Tenho o desejo que isto não volte a acontecer. Que alguém que mande saiba separar quem anda a criar emprego, riqueza e valor dos que andam a brincar com o dinheiro dos outros: 2º. Aspecto – Que se acabe de vez com esta sangria que definha e empobrece; das

mordomias dos Ministérios; dos Institutos pejados de «boys» de todas as cores; das parcerias público privadas que têm acumulado um passivo de cerca de 60 mil milhões de euros; das empresas públicas delapidouras de património que têm acumulado um passivo de milhares de milhões de euros; 3º. Aspecto – Que acabe de vez a subsidio-dependência a quem pode trabalhar. Não podemos continuar, a pagar para quem pode trabalhar e não trabalha, porque se assim continuar brevemente vamos deixar de conseguir pagar a quem já não pode trabalhar, àqueles que trabalharam a vida toda. Este é um desejo fortíssimo e um medo real de que o Estado Social, do qual gostamos tanto, rebente pelas costuras e não sobre dinheiro para quem trabalhou uma vida inteira, porque não fomos capazes de tirar o dinheiro de gente que faz de conta que não pode trabalhar e pode; 4º. Aspecto – Que se acabe com a promiscuidade na forma de contrair despesa corrente ou de investimento por parte do Estado, das Autarquias, por parte das Empresas Públicas, que ofendem a moral e a ética e distorcem a concorrência saudável entre as empresas; 5º. Aspecto – Por último, que os nossos futuros políticos sejam gente séria em primeiríssimo grau; gente competente, muito competente e gente trabalhadora, por forma a que nós, se quisermos continuar a ter futuro, se quisermos acreditar no futuro, esses políticos nos possam e saibam dar o exemplo, porque, conforme se diz na Gândara «o exemplo vem de cima». Se nós tivermos políticos maus, quem está mais abaixo dificilmente consegue sobreviver. Isto não é contra o actual Governo nem contra nenhum Governo em especial, mas contra todos os Governos e contra a «casta» de gente de que os Partidos se alimentam e vão fazendo a desgraça deste país. São estes os cinco desejos de que as coisas mudem. Se não mudar nenhum destes aspectos, o país não tem qualquer hipótese de futuro.-----

----- Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara»;

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que informando que a actividade da Câmara no seu essencial estava explanado no documento entregue a todos os Membros da Assembleia. Aproveitou ainda para prestar esclarecimentos relativamente a algumas questões colocadas na última sessão da Assembleia Municipal. Assim, relativamente ao lagar de azeite existente no lugar de Pena, após o alerta de maus cheiros transmitidos na Assembleia a Fiscalização Municipal deslocou-se ao local, não tendo conseguido entrar no local nem encontrado ninguém, pelo que foi proferido de imediato um despacho no sentido de ser solicitada à ASAE e à Direcção Regional de Agricultura e Pescas uma vistoria ao local, até porque são estas entidades que têm competência na matéria. Informou ainda do evento que vai decorrer mais ao final do dia, nos claustros do edifício dos Paços do Concelho, o qual decorre do Projecto das 7 Maravilhas Gastronómicas, tendo a AD ELO apresentado um projecto e sendo da sua iniciativa esta sessão gastronómica. O Município só cedeu o espaço. Quanto aos assuntos do estacionamento dos Membros da Assembleia Municipal, o Executivo resolveu o problema, remetendo junto com o expediente para a sessão o cartão de estacionamento para aquele dia. Devem colocar o cartão enviado de forma visível no interior da viatura. Os espaços quanto à matrícula da viatura vão em branco para ser preenchido por cada um. Solicita somente que não se cometam abusos. Fez ainda o ponto de situação do projecto de alteração ao Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e Similares de Hotelaria no Município de Cantanhede: - Os serviços do Departamento Administrativo e Financeiro e Gabinete Jurídico elaboraram um projecto de alteração ao

Regulamento nos finais de Fevereiro/2011; - Aquele documento foi enviado numa primeira fase (1 a 15 de Março) a todos os Serviços da Câmara para se pronunciarem; - Numa 2ª. fase (15 a 30 de Março) foi enviado a um conjunto de entidades, designadamente, Sindicatos e Associações ligadas à área, AEC, GNR, DECO, Associações do Concelho, Juntas de Freguesia, Membros da Assembleia Municipal para também se pronunciarem e apresentarem sugestões; - Quando os serviços procediam à análise das sugestões recepcionadas com vista à apresentação de um documento final à Câmara e Assembleia Municipal durante o mês de Abril, saiu publicado no Diário da República o Decreto-Lei nº. 48/2011, de 1 de Abril, que simplifica o regime de exercício de diversas actividades económicas objecto de licenciamento camarário e no âmbito do «Licenciamento zero»; - O diploma em questão entra em vigor a 2 de Maio, tem diversas implicações no Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e Similares de Hotelaria no Município de Cantanhede, documento que tem 120 dias para ser adequado aos novos imperativos legais. Pelas razões expostas está suspensa a apresentação do documento, encontrando-se já os respectivos Serviços da Câmara a trabalhar na alteração ao Regulamento com vista à sua apreciação, brevemente, pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- Passou-se de seguida ao Ponto **2** da Ordem de Trabalhos – Relatório Anual de Actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Cantanhede, Plano de Acção para 2010».------

----- Foi dada a palavra ao Sr. Vereador Dr. Pedro Cardoso, o qual começou por elogiar na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, este tempo para dar nota à Assembleia o trabalho desenvolvido pela CPCJ de Cantanhede, o que

evidencia a importância que dá à promoção dos direitos e defesa das crianças e jovens em perigo. O balanço do trabalho realizado no ano de 2010 é muito positivo. Sublinhou três aspectos cruciais que continuam a ser uma mais-valia desta CPCJ: 1- a celeridade no tratamento dos casos que tem permitido assegurar uma intervenção precoce, decisiva neste tipo de casos; 2- a cultura de proximidade e o conhecimento da realidade pelos elementos da CPCJ, fundamentais para responder aos problemas e assegurar o superior interesse das crianças e jovens; 3- e a multidisciplinaridade do trabalho da CPCJ, que permite encontrar as melhores respostas. Pese embora todas as restrições sobejamente conhecidas provocadas pela situação de crise que se vive no país, o Município continua a assegurar a contratação a meio tempo de um Técnico de Serviço Social, com excelentes provas dadas, para além do apoio que continua a dar, e disponibilizar uma administrativa da Câmara e uma técnica superior de serviço social em representação do Município, para além de outros recursos. Neste último ano, não pudemos contar com o Professor-Tutor, o que é uma lacuna muito grave em termos de trabalho. Contámos apenas com o Representante do Ministério da Educação. Pior ainda, foi quando soubemos que o Reforço Técnico que foi colocado pela Segurança Social em 2011, lamentavelmente, não iria ficar a tempo inteiro, o que representa mais uma “machadada” nas necessidades de recursos humanos da CPCJ. Quando falamos de crianças sinalizadas como estando em perigo, e de tantas situações de risco, quando falamos da necessidade de apostar na prevenção de melhorar o acompanhamento, ... evitam vir com argumentações de ratios, de dificuldades, de limitações... pois a verdade é que é inadmissível qualquer desinvestimento feito nesta área. Aposta em 2010: Prioridades - Maior articulação com as instituições – mais próxima, mais célere, mais intensa... Intensificar a relação institucional,

sobretudo com aquelas que têm um papel importantíssimo em matéria de promoção dos direitos das crianças e jovens, de prevenção e intervenção, foi um dos objectivos atingidos. Aposta clara na “prevenção como uma estratégia de promoção dos direitos”... Para nós, CPCJ, o primeiro objectivo é a prevenção e este é um trabalho desenvolvido prioritariamente pela Comissão Alargada. De salientar o Encontro Temático, participação na Expofacic e outras actividades concelhias, publicação de materiais, acções de sensibilização realizadas, ...) que constituem uma oportunidade para uma maior sensibilização/envolvimento da comunidade face à problemática da infância/juventude. Ainda em jeito de balanço e como Presidente da CPCJ não posso deixar de referenciar a equipa extraordinária com quem tenho o privilégio de trabalhar, cuja dedicação, profissionalismo, competência e, sobretudo, sensibilidade para esta área, marcam a diferença e que continua a ser o principal motivo do excelente trabalho desenvolvido. No fundo, profissionais designados, que voluntariamente todos os dias dão o seu melhor em prol desta causa nobre que são as crianças e jovens. São notáveis a abnegação, o altruísmo, o sentido de justiça e espírito de solidariedade com que se dedicam à defesa dos direitos das crianças e jovens mais vulneráveis e desprotegidas. Quero sublinhar ainda que a sua participação, que ultrapassa a sua representação enquanto membros das entidades designadas, tantas vezes com sacrifício pessoal (não só de tempo, mas com custos, telefone pessoal, deslocações em carro próprio, ...), é exercida a título absolutamente gracioso, sem qualquer compensação, a não ser a satisfação pessoal que resulta do facto de estarem a contribuir para assegurar a protecção que por direito é devida às crianças e jovens que estão sujeitas a situações de abuso, violência, injustiça, iniquidade ou negligência grave. Números ... Ainda sobre o Balanço de 2010... No ano passado foram instaurados 71 processos de promoção e

protecção, tendo transitado 171 processos (cada processo corresponde a uma criança/jovem acompanhado) de 2009, isto é, que estavam a ser acompanhados. Foram arquivados 107 processos, reabriram-se 45, e estamos a falar de celebração de 353 Acordos de promoção e Protecção. O número de processos em acompanhamento durante 2010 foi 287. NOTA FINAL: O plano de Acção para 2011 continua a revelar o inconformismo, a vontade e a determinação, da CPCJ de Cantanhede em querer fazer tudo o que estiver ao seu alcance para mudar a realidade – cerca de 300 crianças são actualmente acompanhadas pela CPCJ de Cantanhede – crianças e jovens que ainda se vêem privados dos seus direitos e de condições para crescerem e se desenvolverem de forma integral.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- Passou-se de seguida ao Ponto **3** - «Apreciação, discussão e votação da minuta dos Protocolos de Colaboração a celebrar entre o Município de Cantanhede, a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.E.M. e as Juntas de Freguesias do Concelho, relativos à manutenção e tratamento de áreas ajardinadas no Ano de 2011».-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara o qual apresentou a proposta de Protocolo de Colaboração para Manutenção e Tratamento de Áreas Ajardinadas a celebrar para o ano de 2011, entre o Município de Cantanhede, a INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.E.M. e as Juntas de Freguesia do Concelho, no valor total de 92.377,90 €. Para o efeito foram contactadas todas as Juntas de Freguesia no sentido de proceder à avaliação correcta das áreas novas entretanto executadas e à correcção de áreas que, eventualmente, não estivessem de acordo com as medições efectuadas no ano de 2010. O teor do Protocolo mantém-se, no essencial, idêntico ao de 2010. -----

----- Colocado este assunto a discussão tomou a palavra a Senhora Dr^a. Laura Costa questionando sobre a manutenção dos passadiços junto à praia na Praia da Tocha, dado que estão num estado de extrema degradação. -----

----- Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara este informou de que a manutenção daquela infra-estrutura não está incluída no Protocolo agora em análise, mas se o seu estado é de degradação e dado que a competência da sua manutenção é da Câmara vai de imediato dar instruções para a execução dos trabalhos de manutenção. -----

-----Não havendo mais pedidos de esclarecimento, foi a minuta de Protocolos de Colaboração a celebrar entre o Município de Cantanhede, a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.E.M. e as Juntas de Freguesias do Concelho, relativos à manutenção e tratamento de áreas ajardinadas no Ano de 2011 posta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. ---

----- Passou-se de seguida ao Ponto **4** - «Apreciação, discussão e votação da minuta dos Protocolos de Colaboração a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Juntas de Freguesias do Concelho, relativos à Requalificação Urbana nas Freguesias para o Ano de 2011». -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que deu conhecimento do documento em discussão e que segundo o qual as Juntas de Freguesia se comprometem a: - executar valetas em betão ou em calçada, de acordo com as indicações técnicas fornecidas pelo Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Cantanhede; - calcetar e colocar lancil nas ruas e passeios no perímetro da Freguesia, de acordo com as indicações técnicas fornecidas pelo Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Cantanhede; - fazer a gestão, conservação e reparação de equipamento propriedade do Município,

designadamente, equipamentos culturais e desportivos, escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar, creches, jardins-de-infância, etc., de acordo com as indicações técnicas e avaliação da oportunidade da intervenção a fazer pelo Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Cantanhede, mediante a atribuição de subsídio às Juntas de Freguesia, no montante total de 472.002,46 €.

----- Não havendo pedido de intervenção foi a minuta dos Protocolos de Colaboração a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Juntas de Freguesia do Concelho relativos à requalificação Urbana nas Freguesias para o Ano de 2011, posta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- Entrou-se de seguida no Ponto **5** - «Apreciação, discussão e votação da Segunda Revisão ao Orçamento do Município de Cantanhede para o ano de 2011».

----- Tomando a palavra a Sr.ª. Dr.ª. Helena Teodósio informou que a Assembleia Municipal dos aspectos julgados pertinentes relativamente ao Projecto da 2.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2011 importa tanto na receita como na despesa, na importância de 11.575,00 €. Depois de apreciado o documento, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido aprovado com 24 votos a favor e 6 abstenções. -----

----- Passou-se de seguida ao Ponto **6** - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do Ano Económico de 2010, que inclui a aprovação e aplicação do resultado líquido do exercício de 2010, bem como o Relatório Anual de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro». -----

----- Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, este solicitou autorização para que fosse a Senhora Vice-Presidente a apresentar o documento em discussão. Tomando a palavra a Senhora Dr.ª. Helena Teodósio informou que o Relatório de

Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede, relativos ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2010, apresentam ao nível da receita e da despesa e bem assim dos respectivos saldos os seguintes valores: - A receita orçamental foi de 33.450.408,58 € que acrescida do saldo em dinheiro do ano anterior da importância de 116.009,55 € perfaz um total de 33.566.418,13 € conforme mapa de receita; e que a despesa orçamental foi de 33.448.609,32 €, transitando para a gerência de 2011 a quantia de 117.808,81 €. A entrada de fundos de Operações de Tesouraria foi de 1.483.700,82 € que acrescido do correspondente saldo em dinheiro do ano anterior da importância de 721.945,70 € perfaz um total de 2.205.646,52 € e que a saída de Fundos de Operações de Tesouraria foi de 1.535.134,14 €, transitando para a Gerência de 2011 a quantia de 670.512,38 €. Nos termos do ponto nº. 2.7.3 do Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a aplicação do resultado líquido do exercício deve ser aprovada pelo órgão deliberativo do Município quando o saldo da conta 59 - «Resultados Transitados» - for positivo, podendo a verba daí resultante ser repartida para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas. Nessa medida, e no sentido de dar cumprimento às disposições legais aplicáveis, sendo que o resultado líquido do exercício de 2010 é no montante de 3.415.346,88 €, montante este que permanecerá na rubrica resultados transitados para compensar os resultados negativos obtidos em anos anteriores que estão quantificados em 3.612.759,07 €. Referiu ainda de que o mencionado documento faz-se acompanhar do parecer do Auditor Externo, Dr. Euclides Carreira, o qual refere que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Município de Cantanhede, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no

exercício findo àquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites. O Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas. Este documento integra ainda o Relatório Anual de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro, verificando-se o cumprimento integral do mesmo. Por parte da Sr.ª Vice-Presidente foi ainda enaltecido o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores da Autarquia que colaboraram na realização deste documento, bem como de todos os restantes colaboradores que contribuíram de uma forma decisiva para a melhoria significativa dos resultados conseguidos.-----

----- Começou por intervir o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, enaltecendo o esforço na redução da despesa e o trabalho desenvolvido. Manifestou a preocupação relativamente às despesas de capital decorrente do empréstimo. Há uma verba muito pequena para investimento, o que o deixa muito preocupado. Chamou a atenção para a redução que houve nas receitas correntes: Receitas de vendas de bens da Autarquia – reduziram cerca de 30%; outras receitas correntes reduziu cerca de 70% e impostos directos reduziram cerca de 56%. Isto deixa um cenário preocupante para 2011, pois com a crise que se atravessa a tendência das receitas correntes é de baixar ainda mais. Estamos a entrar em tempos tenebrosos, muito complicado para todos e há que fazer um esforço, da parte das instituições e das pessoas, para sairmos da crise.-----

----- Pediu a palavra o Sr. Engº. Pedro Carrana, falando sobre as participações do Estado, mencionado as despesas escolares com as refeições, transportes e A.E.C.'s, apresentando a seguinte Declaração de Voto subscrita pela Bancada do P.S.: *“Pela análise do relatório de gestão e contas e através da sua análise cruzada com o orçamento previsto, permite aferir da fiabilidade dos orçamentos e*

principalmente das taxas de execução dos executivos municipais. As previsões têm ficado sempre afastadas da realidade. O orçamento final para 2010 corrigido e aprovado neste executivo ascendia a 46 milhões de Euros. A execução apresentada é de cerca de 33,5 milhões de Euros, ou seja, um diferencial na ordem dos 13 milhões de euros. O que vem no Relatório de Contas 2010: Despesa Corrente com Pessoal: (quadro 2, pág. 11) As despesas correntes com pessoal continuam bastante elevadas e superiores ao ano de 2009, valor superior a 6,5 milhões de euros. A Despesa com pessoal tem crescido anualmente e comparativamente com o ano de 2009 cresceu quase 8%, ou seja, mais 450.000€ (quadro 18 pág.31). Representa mais de 47% da despesa corrente. A Aquisição de Serviços cresceu quase 20% relativamente ao ano anterior, mais de 500.000€. (Q18, pg31). Em suma, as despesas correntes com pessoal e aquisição de bens e serviços cresceram mais de 1 milhão de euros, relativo a 2009. Por exemplo só em estudos, pareceres e consultadoria pagaram mais de 130.000€. (Q20, pg35). Por oposição as transferências correntes para as Freguesias diminuíram 24%. Realçar que ainda existem cerca de 1,5 milhões € de dívida assumida e não paga, que transita para 2011. Poupança - Este indicador tem vindo a diminuir, em 2005 foi superior a 3,4 milhões de euros, em 2007 de 2,7 milhões, em 2009 de 1,4 milhões e em 2010 apenas de 820.804 € (p.44 e 45). Evolução do Endividamento da Câmara - De acordo com o Relatório de Contas 2010 (Q30 e 31,p. 47) o valor total da dívida é de 37.395.363,68 euros, em que a dívida de médio longo prazo totaliza 27.576.038,56 €. O endividamento da Câmara Municipal em 31/12/2010 era de 37.395.363,68 € assim distribuído: Empréstimos 27 milhões, Dívidas a terceiros 9,8 milhões €, bem longe da dívida em 31/12/2007 que era de 16,4 milhões. Não esquecendo os empréstimos para locação financeira 4,3 milhões € (Q36,pg53), totalizando a dívida

em 41.204,879 €. Apesar desta situação a Câmara ainda tem dívidas para com 185 empresas, num montante de mais 1,7 milhões €. Sendo que deve a 28 empresas mais de 1,5 milhões. É esta dívida de curto prazo que tem efeitos negativos na economia local, que afecta a liquidez das pequenas e médias empresas do concelho. Por aplicação do Plano de Saneamento Financeiro, a Câmara transferiu a sua dívida de curto prazo para médio-longo prazo. Assim conseguiram reduzir o montante que excedia o seu limite de empréstimos, voltando agora a ter uma folga de 1,6 milhões € de capacidade de endividamento (p54). Prazo médio de Pagamentos (p. 55) - Em 2010 o prazo médio de pagamento foi de 102 dias, bem longe dos 54 dias em 2008, apontados como “bom indicador do rigor que pauta o controlo de gestão do Município de Cantanhede”. Faltou referir que tal se deveu a um empréstimo ao abrigo do Programa pagar a tempo e horas. Encargos com a Dívida Municipal - Aquilo que constata pela análise da pág. 52, é que os encargos desta câmara com a dívida de médio–longo prazo (juros e amortizações) têm vindo a crescer , passaram de 1.641.000 € em 2009 para mais de 2 milhões € em 2010. Por tudo isto o nosso voto irá no sentido da Abstenção, na votação do relatório de gestão de 2010.”-----

----- Intervindo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Murte de partilhou as virtudes e preocupações manifestadas, apresentando uma Declaração de Voto em nome da Bancada do P.S.D., do seguinte teor: “O Relatório de Gestão do Município de Cantanhede do Ano Económico de 2010 evidencia uma apreciável evolução positiva de alguns dos seus mais importantes indicadores. O que de mais relevante se passou em termos económico-financeiros está bem patente nos documentos de prestação de contas, pelo que uma análise rigorosa não pode deixar escapar a evidência de um quadro favorável no sentido do equilíbrio financeiro da instituição. O

dado mais elucidativo sobre esta realidade é o Resultado Líquido do Exercício que ascendeu a 3.415.346,88 euros, em claro contraste com o valor negativo de 2009, devido ao impacto forte e abrupto da conjuntura. E esta evidência é tanto mais significativa quanto se sabe que os resultados foram obtidos num contexto marcado pelas circunstâncias particularmente difíceis que marcaram o ano 2010 e que infelizmente têm vindo a acentuar-se, ao ponto de o Governo de Portugal se ter visto obrigado a recorrer à ajuda internacional para fazer face à situação que ele próprio criou de ruptura nas contas públicas. Ainda assim, o Município de Cantanhede, ao mesmo tempo que fazia um esforço financeiro para ultrapassar os enormes constrangimentos da conjuntura, prosseguiu com o seu programa de investimentos verdadeiramente estruturantes para o Concelho, no quadro de uma estratégia orientada para tirar o maior partido possível dos fundos comunitários do QREN. Tratando-se da última oportunidade para obter participações financeiras para obras e equipamentos que permitam alcançar índices de desenvolvimento consentâneos com os padrões da União Europeia, acreditamos que a estratégia seguida não é susceptível de ser posta em causa, tendo em conta os benefícios que daí decorrem para as populações. Mas é óbvio que tal estratégia tem requerido a disponibilidade de verbas próprias da autarquia, sem os quais não teria sido possível candidatar obras aos apoios disponíveis no QREN. Ou seja era preciso dispor de recursos financeiros para recorrer aos fundos comunitários, motivo que levou o Município a proceder, em tempo útil, à reprogramação da dívida através de uma operação de saneamento financeiro cujo impacto é notório no relatório de gestão de 2010. Por outro lado, foram feitos alguns ajustamentos aos timings de execução de alguns investimentos, em função do novo planeamento financeiro entretanto efectuado. É de salientar ainda que, na sequência da operação de saneamento

financeiro, a autarquia empreendeu também um processo de racionalização de recursos, de modo a, sem comprometer o investimento, conseguir uma diminuição da despesa corrente, mas os seus resultados não aparecem reflectido nos documentos de prestação de contas de 2010. Não obstante, temos que dar como quase certo para 2011 o crescimento dos encargos em outros tomos da despesa corrente, designadamente os custos dos combustíveis e electricidade, bem como os reflexos do aumento da taxa de IVA e das taxas de juro, tendência que se acentuou significativamente no segundo semestre de 2010. Do Relatório de Gestão do Município de Cantanhede do Ano Económico de 2010 é de salientar que, ao nível da execução da receita, não se concretizou a totalidade das transferências previstas no Orçamento de Estado de 2010 relativamente à percentagem a que a autarquia tem direito nos impostos cobrados pela Administração Central. A diminuição ocorrida a este nível explica-se pela entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, que aprovou um conjunto de medidas de consolidação orçamental tendo em vista o reforço e a aceleração da redução do défice excessivo e o controlo da dívida pública previstos no PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento. No caso do Município de Cantanhede, o reflexo dos cortes introduzidos foi de 383.275,00 euros em valor absoluto. O Relatório de Gestão de 2010 dá conta de uma execução orçamental de receita cobrada da ordem dos 33.566.418,13 euros, com 14.604.747,93 euros de receita corrente e 18.961.670,20 euros a receita de capital. Quanto à despesa, ela situou-se nos 33.448.609,32 euros, tendo 19.664.665,74 sido aplicados em investimento (despesas de capital) e 13.783.943,58 em despesas correntes. Ainda relativamente aos 33.448.609,32 euros de despesa global paga, outro dado relevante a reter indica que este montante supera a execução de 2009 em 50,8%, ou seja 11.267.847,74 euros em valor absoluto. Numa leitura detalhada da despesa

corrente segundo a sua natureza, percebe-se que o que esteve na base da tendência de crescimento verificada em 2010 foi o acentuar dos encargos decorrentes da crescente transferência de competências da administração central para as autarquias, sem que tais competências viessem acompanhadas das necessárias contrapartidas financeiras. E a esse nível algumas das rubricas com mais peso na despesa foram os transportes escolares, o fornecimento de refeições às crianças do 1.º CEB e Jardins de Infância, os apoios sociais a alunos de famílias carenciadas e as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC's). O ano de 2010 encerra com níveis elevados de execução, quer das despesas realizadas quer das despesas pagas. As primeiras, em termos globais, encerram com uma taxa de 76,27%, e as segundas com uma taxa de 72,32%. Outro dado importante a reter prende-se com o facto de não ser significativa a variação entre a taxa total de execução da despesa realizada de 2009 quando comparada com a obtida em 2010. Isto revela que os investimentos concretizados em 2010 não representam encargos adicionais que não pudessem ter sido pagos. Também nesta vertente, houve, durante o ano de 2010, um especial cuidado de dar cumprimento às exigências do plano de saneamento financeiro. Como se referiu no início, o dado mais elucidativo sobre esta a evolução positiva da situação financeira da autarquia é o Resultado Líquido do Exercício, que ascendeu a 3.415.346,88 euros. Mas há outros indicadores igualmente importantes a reter, tais como o aumento do património da autarquia em 12 milhões, ou ainda o notável redução do endividamento líquido. Neste aspecto, enquanto em 2009 o endividamento quantificado era de 5.911.274,96,00 euros, em 2010 passou para uma margem “disponível” de 1.602.181,18 euros, uma inversão que não pode deixar de ser considerada espantosa, sobretudo porque foi conseguida em apenas um ano. Além disso,

acresce que, à luz do plano de saneamento financeiro em vigor, poder-se-ia ter diminuído apenas 10% ao excesso verificado sem que isso representasse um incumprimento. A concluir, faz sentido sublinhar alguns aspectos referidos na parte inicial do relatório de gestão de 2010, nomeadamente o facto de o Município de Cantanhede apresentar os documentos de prestação de contas num clima de grande incerteza relativamente aos contornos que a ajuda externa a Portugal virá a assumir, com todas as implicações negativas que daí podem advir para a concretização de alguns projectos estruturantes previstos.”-----

----- Após apreciação e discussão da proposta do Relatório de Gestão e Documentos da Prestação de Contas do Município de Cantanhede do Ano Económico de 2010, foi o mesmo posto a votação, tendo sido aprovado por maioria com 24 votos a favor e 6 abstenções: Foi conjuntamente aprovado o resultado líquido do exercício de 2010, no montante de 3.415.346,88 €, devendo este montante permanecer na rubrica resultados transitados para compensar os resultados negativos obtidos em anos anteriores que estão quantificados em 3.612.759,07 €, nos termos propostos pelo Executivo, aprovando ainda o Relatório Anual de Acompanhamento de Execução do Plano de Saneamento Financeiro, nos termos do n.º 7 do artigo 40º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.-----

----- Por fim, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -

----- Finalmente, sendo 19 horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente acta para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

----- O Presidente:

----- O Primeiro Secretário:

----- A Segunda Secretária: